

Políticas e Modelos de Desenvolvimento Territorial na Europa e em Portugal

Policies and Models of Territorial Development in Europe and Portugal

Políticas y Modelos de Desarrollo Territorial en Europa y en Portugal

Paulo Castro Seixas*

RESUMO

O artigo tem como objetivo problematizar as políticas territoriais em face dos desafios globais na Europa em função de perspectivas cruzadas: top-down (centro-periferia) e bottom-up (periferia-centro). Apresentam-se, assim, por um lado, as políticas territoriais da União Europeia e, por outro, as políticas territoriais de um Estado membro, Portugal. Com base nessa análise propõem-se modelos de desenvolvimento territorial europeus e nacionais bem como sua confrontação. O estudo sugere que a relação entre competitividade e coesão territorial explica a tensão existente entre um modelo monocêntrico e um modelo policêntrico, quer em nível europeu quer em nível nacional, criando paradoxos difíceis de ultrapassar.

Palavras-chave: Políticas territoriais. Modelos de desenvolvimento. Globalização. União Europeia. Portugal.

ABSTRACT

The article aims at discussing European territorial policies in addressing global challenges in terms of cross prospects: Top-down and bottom-up. Firstly, the territorial policies of the European Union are presented and, secondly, the territorial policies of a member state, Portugal. In light of this analysis models of European and national territorial development are proposed as well as their confrontation. The article proposes that the relationship between competitiveness and territorial cohesion explains the existence of a tension between a monocentric and a polycentric model both in a European and in a national level creating paradoxes difficult to overcome.

Keywords: Territorial policies. Development models. Globalization. European Union. Portugal.

* Sociólogo e antropólogo, com Agregação em Sociologia Urbana pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Lisboa, Portugal. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, na área de Antropologia Urbana. Professor Associado com Agregação na Universidade Técnica de Lisboa. Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP). E-mail: pseixas@iscsp.utl.pt

Artigo recebido em março/2012 e aceito para publicação em abril/2012.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo problematizar las políticas territoriales frente a los desafíos globales en Europa en función de perspectivas cruzadas: top - down y bottom-up. Se presentan, así, por un lado, las políticas territoriales de la Unión Europea y, por otro, las políticas territoriales de un Estado miembro, Portugal. En función de tal análisis se proponen modelos de desarrollo territorial europeos y nacionales y su confrontación. El artículo propone que la relación entre competitividad y cohesión territorial explica la existencia de una tensión entre un modelo monocéntrico y un modelo policéntrico, tanto a nivel europeo, como a nivel nacional, creando paradojas difíciles de superar.

Palabras clave: Políticas territoriales. Modelos de desarrollo. Globalización. Unión Europea. Portugal.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar duas análises sobre políticas territoriais: uma delas da União Europeia (UE) e a outra nacional, especificamente portuguesa. O objetivo de tal metodologia é cruzar olhares entre o nível europeu (*top-down*, centro-periferia) e o nível nacional (*bottom-up*, periferia-centro), possibilitando, cada uma dessas perspectivas, especificidades para a compreensão da complexidade do planejamento e desenvolvimento espacial na Europa, seus constrangimentos e desafios.

Parte-se do pressuposto de que, nos últimos 25 anos, uma política territorial, quer se produza em nível de um país, quer em nível transnacional, é função de processos globais. Ou seja, as políticas territoriais podem ser vistas como processos reativos ou proativos em face dos desafios globais, sendo em si mesmas como que um diagnóstico estratégico de um território no quadro dos processos globais. É com base nesse diagnóstico que se apresentam cenários mais desejáveis, muito evidentes nas recomendações e que, muitas vezes, *a contrario*, nos indicam os cenários críticos. No caso específico da União Europeia, as políticas territoriais, diante dos desafios globais, têm dois atores centrais: por um lado, cada um dos Estados-Membros, e, por outro, a própria União Europeia. Ora, as políticas territoriais da UE na sua reação às forças globais podem ser consideradas, pelo menos por alguns estados membros, elas próprias como forças globais. A hipótese que aqui se coloca é que isso é tanto mais provável quanto mais periférico é o estado membro. É exatamente essa problemática que se procurará desenvolver neste artigo.

O texto apresenta, num primeiro ponto, a política territorial europeia, em função dos seus documentos centrais, para, a partir deles, compreender os modelos de desenvolvimento propostos. Num segundo ponto, e em relação às políticas territoriais em termos nacionais, Portugal serviu de estudo de caso, apresentando-se os modelos que, resultado de pesquisas anteriores, caracterizam a política territorial nesse país em face dos processos globais. Propõe-se que tais modelos não sejam exclusivos desse país, em razão da apresentação dos mesmos publicamente, bem como do fato de outros pesquisadores reverem em tais modelos processos que se produziram em outros países.

Um dos aspectos que poderão gerar alguma discussão é o emprego do termo 'modelo'. Cabe mencionar que se considera aqui 'modelo de desenvolvimento territorial' a produção de um cenário e das decisões estratégicas e metodologias para sua prossecução em um determinado tempo e espaço. Trata-se de seguir uma lógica khuniana, considerando aqui não a noção mais abrangente de 'paradigma', mas sim a de 'modelo', pois estes não só coexistem na sua diferença no quadro de um mesmo paradigma científico como, para além disso, não se reduzem a uma perspectiva científica e o seu enquadramento espaço-temporal é menos abrangente. No entanto, os modelos de desenvolvimento territorial, nas últimas duas décadas pelo menos, constroem-se em função de uma comunidade (basicamente política e científica, ainda que com influência de outros elementos, como os artistas, os *marketeers* etc.), em função de

uma verdade implícita ou explicitamente aceita, a da globalização (ou qualquer outro termo que se prefira), e em que o objetivo fundamental é responder da melhor maneira a tal situação, desenvolvendo as metodologias adequadas a esse objetivo. É neste sentido que se utilizará tal conceito.

1 A POLÍTICA E OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA EUROPA DA UNIÃO

Uma política territorial europeia em sentido estrito é relativamente recente, ainda que esteja inscrita no terceiro objetivo da União Europeia (TRATADO DE LISBOA, 2007), que compreende:

- promover a paz, os valores e o bem-estar dos povos europeus;
- oferecer aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança, justiça e liberdade de circulação [...];
- estabelecer um mercado interno e um desenvolvimento sustentado da Europa, baseado num crescimento econômico equilibrado [...].

Patrick Salez (2009) identifica quatro momentos na política de planejamento espacial europeia: 1975-1989 - Lenta conscientização da dimensão europeia do planejamento espacial; 1990-1999 - Emergência da Estratégia de Desenvolvimento Espacial Europeia; 1999-2007 - Evolução contrastante na Comissão e nos Estados membros, e 2008-2009 - Retorno aos interesses da Comissão: para uma visão convergente entre Comissão e Estados Membros?. Tendo em conta esta análise aprofundada, mas também outras contribuições (EDEC, 1999; WATERHOUT, 2008), apresentam-se esses momentos fundamentais.

- 1) O historial do desenvolvimento espacial na Europa parece datar as suas primeiras propostas das décadas de 1960 e 1970 com o “Plano Europeu de Ordenamento do Território” do Parlamento Europeu (EDEC, 1999). Salez (2009) faz referência especificamente à criação, em 1968, do CEMAT (*the European Conference of Ministers responsible for Regional Planning*) para coordenar o desenvolvimento espacial futuro entre estados membros. Salez (2009, p.1) caracteriza ainda uma fase (1975-1989) em função do aparecimento do *European Regional Development Fund* (ERDF), exatamente em 1975, com o objetivo de reduzir as desigualdades entre as regiões europeias. A adoção pelos ministros do *European Spatial Planning Charter* em Torremolinos, em 1983, é considerada por Salez um momento central. Waterhout (2008, p.7) toma a data de 1988 como momento charneira, quando a França e a Holanda decidiram organizar uma reunião dos ministros da UE responsáveis pela política de planejamento espacial na cidade francesa de Nantes. De fato, 1988 foi um momento importante pela reestruturação dos Fundos Estruturais e, especificamente, pelo fato de a

cooperação transfronteiriça ter passado a ser elegível, em razão do quadro legal estabelecido em 1980, em Madrid, pelo *European Outline Convention* (SALEZ, 2009, p.2).

- 2) “Europa 2000” (1990) e “Europa 2000+” (1995) são, segundo o EDEC (1999), os documentos que desencadeiam propriamente uma política territorial europeia. No entanto, pode-se afirmar também que uma Política de Coesão (ou regional) da Comunidade emerge claramente em função do Ato Único Europeu (1986) (SALEZ, 2009, p.2) e que o lançamento do Programa INTERREG I, em 1990, é um marco na implementação dessa política espacial na União Europeia. O culminar deste processo é a criação do ESDP (*European Spatial Development Perspective*) ou EDEC (Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário).
- 3) A elaboração do ESDP ou EDEC, em 1999, quando a presidência alemã da União Europeia configura, então, um terceiro momento. Como resultado deste Conselho de Ministros do Planejamento Espacial em Potsdam, em maio de 1999, os fundos INTERREG tornam-se instrumentos de tal política e surge o ESPON - *European Spatial Planning Observatory Network* (Rede Europeia de Observação do Ordenamento do Território), em 2002, fazendo neste ano de 2012 dez anos, portanto.
- 4) Finalmente, um quarto momento da política territorial europeia é a elaboração da Agenda Territorial da União Europeia, em 2007, baseada em um relatório, *Territorial State* (2007). Tal Agenda remete a sua avaliação e revisão para 2011, quando da presidência da UE pela Hungria. Essa revisão, em 2011, dá origem à Agenda Territorial da União Europeia 2020, ou seja, uma agenda territorial que já tem em conta a crise na Europa e que propõe uma política territorial na União até 2020 com base na estratégia Europa 2020 (2011). É em função das Agendas Europeias, mas, especificamente, do *Green Paper on Territorial Cohesion* (COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2008), que Salez coloca (de forma interrogativa) a possibilidade de convergência entre as políticas da UE e as dos Estados-Membros. O que se considera neste texto é que a globalização é a referência problemática, sendo, para as políticas da UE, o enfrentamento de forças globais que lhe são exteriores, ao mesmo tempo que para os estados membros a própria UE é uma força global que representa ameaça à sua integridade territorial, entenda-se, soberania. Por fim, considera-se que a estratégia, desde 2007, de criação de um “céu único europeu” e de um “espaço marítimo europeu” deve ser considerada como parte da estratégia, potenciando, mesmo, a problemática em causa.

De fato, neste historial é evidente que o desenvolvimento territorial tem como referência impulsionadora os desafios globais. Com uma diferença temporal de 21 anos, tanto o documento Europa 2000, elaborado em 1990, quanto a Agenda Territorial 2020, elaborada em 2011, remetem para os desafios da globalização. No documento Europa 2000, a Europa é apresentada como forma de integração nos processos globais, e estes são entendidos, ainda, como desafios ao longo do texto:

Com a crescente globalização da actividade económica e a liberalização das economias planificadas, os países da Europa estão envolvidos num processo de integração económica cada vez maior. Na Comunidade Europeia, este processo de integração foi antecipado e acelerado pelo compromisso de criação de um vasto mercado único sem fronteiras (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1990).

[...]

Todas as dificuldades e transformações acima descritas tanto podem representar riscos como oportunidades para o desenvolvimento equilibrado do território da Comunidade. Entre os riscos estão a possível marginalização de determinadas zonas ou o maior isolamento das zonas periféricas com os consequentes movimentos da população, a degradação do ambiente e o congestionamento do tráfego e, ainda, a competição inútil sobre onde seria mais adequada a complementaridade. Por outro lado, a realização do mercado único e a introdução de novas tecnologias oferecem oportunidades para uma melhor utilização do território da Comunidade (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1990).

Na Agenda Territorial 2020 o que se faz é um diagnóstico da crise, sendo as expressões “crescente exposição à globalização” e “recuperação dos choques externos” a clara evidência das dificuldades às quais o desenvolvimento territorial tem de se adaptar.

Increased exposure to globalisation: structural changes after the global economic crisis

Accelerating globalisation and growing vulnerability to external shocks have been experienced by local and regional communities. In some cases even the prosperity, sustainability and stability of cities and regions have been threatened. The effects have been even more visible during the recent financial and economic crisis. As the long-term effects of the crisis on development opportunities vary territorially, the timing of recovery and the range of possible policy responses differ across regions. The crisis, however, provides an opportunity for a transition towards more sustainable and resource efficient economic structures if appropriate actions are taken.

Globalization can bring about important territorial consequences at EU, national, regional and local levels. Metropolitan and other urban regions, international and global gateways are assets for the development of the whole European territory, provided that other regions benefit from their dynamism and are connected through networks. Local endowments and territorial characteristics

have growing importance for regions in order to cope with and recover from external shocks (TA 2020)¹.

Analisaremos, a seguir, os dois momentos políticos mais importantes, o da produção do EDEC e o da Agenda Europeia, procurando, depois, evidenciar os modelos de desenvolvimento territorial para os quais eles remetem.

1.1 O EDEC - ESQUEMA DE DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO COMUNITÁRIO

Segundo o próprio EDEC, para além dos antecedentes já referidos na história da política territorial europeia, foi no Conselho de Liège de 1993 que se iniciou a elaboração do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário:

A partir daí, as sucessivas presidências, assistidas pelo Comité de Desenvolvimento Espacial composto por representantes da Comissão e por funcionários nacionais, elaboraram diversos projectos até à adopção final do EDEC, em Potsdam, em Maio de 1999, aquando do Conselho informal dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território (EDEC, 1999).

O EDEC foi um documento informal e, portanto, não vinculador (WATERHOUT, 2008, p.4), uma vez que a UE não tinha competências de planeamento e ordenamento de território. No entanto, foi um documento com uma grande influência nas políticas da União Europeia. O EDEC levou à criação do ESPON. Criado em 2002, desencadeou o programa ESPON 2006, entre 2004 e 2006, com quatro dezenas de projetos de cooperação entre Estados-Membros em temáticas relacionadas com o ordenamento do território e em que se desenvolveu o projeto ESPON 1.1.1 (*Potentials for polycentric development in Europe*). Esse programa teve continuidade no ESPON 2013, que decorre no período 2007-2013.

Não deixa de ser pertinente observar que, no mesmo período, há também uma atenção política ao espaço aéreo e ao seu ordenamento com o SES I (*Single European Sky*) ou “Céu Único Europeu” (COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU, 1999). Partindo de um acordo, em 1961,

¹ Tradução livre: “Exposição acrescida à globalização: mudanças estruturais após a crise econômica global. A globalização acelerada e a crescente vulnerabilidade a choques externos têm sido sentidas pelas comunidades locais e regionais. Em alguns casos, até mesmo a prosperidade, a estabilidade e a sustentabilidade das cidades e regiões foram ameaçadas. Os efeitos foram ainda mais visíveis durante a recente crise financeira e econômica. Tal como os efeitos a longo prazo da crise sobre as oportunidades de desenvolvimento variam territorialmente, o tempo da recuperação e a gama de possíveis respostas políticas diferem entre regiões. A crise, no entanto, oferece uma oportunidade de transição para estruturas econômicas mais eficientes na utilização de recursos, e mais sustentáveis se forem adotadas medidas adequadas. A globalização pode trazer importantes consequências territoriais em nível europeu, nacional, regional e local. Regiões metropolitanas e outras regiões urbanas, acessos internacionais e mundiais são ativos para o desenvolvimento de todo o território europeu, desde que outras regiões se beneficiem do seu dinamismo e sejam conectadas em redes. As mais-valias locais e as características territoriais têm importância crescente para as regiões, a fim de lidar com e recuperar face a choques externos”.

entre Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos que deu origem à EUROCONTROL, uma nova convenção, assinada em 1997 e ratificada pelos Estados Membros da Comunidade Europeia, levava à adesão desta. O Céu Único Europeu I entrou em vigor em 2004, impulsionado por razões econômicas, ambientais e de gestão (os atrasos eram resultado dos congestionamentos, implicando custos vários), mas tendo um objetivo político claro: “A Comunidade não pode manter no seu céu as fronteiras que eliminou em terra e deve permitir o funcionamento da liberdade de circulação das pessoas, das mercadorias e dos serviços para além dessas fronteiras” (COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO, 1999).

É em razão desse objetivo que a EUROCONTROL passa a ter um papel de coordenação estratégica central. A relação entre o ordenamento territorial terrestre e celeste é tanto mais interessante quando se considera que o SES II (Céu Único Europeu II) surge exatamente em 2011, por ocasião da segunda Agenda Territorial, como se verá adiante.

1.2 A AGENDA TERRITORIAL DA UNIÃO EUROPEIA

A Agenda Territorial surge em 2007 como resultado de uma reunião ministerial informal sobre Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial e é revista em 2011, já com referência à crise europeia e apresentando-se uma Agenda Territorial tendo 2020 como meta.

Ao se compararem as duas Agendas Territoriais, o título da Agenda Territorial de 2007 apresenta, de forma clara, o cenário desejado, “*Towards a More Competitive and Sustainable Europe of Diverse Regions*”. O título da Agenda Territorial 2020 (TA2020): “*Towards an Inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions*”, evidentemente sugere que a expressão “*more competitive*” tenha sido substituída pela expressão “*inclusive, smart*”. O título da TA2020 se justifica pelo título do documento Europa 2020: “*EUROPE 2020. A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*”. No entanto, na TA2020 o conceito ‘inclusivo’ passou para o primeiro plano, compreensivelmente em razão do primado da coesão territorial. Quanto ao conceito de *smart*, o *smart growth* é definido como “*developing an economy based on knowledge and innovation*” (EUROPE, 2020, p.5), seguindo assim a Estratégia de Lisboa. No entanto, a expressão *smart* remete também para usos relativos ao novo urbanismo, como em *smart cities*. De fato, na TA2020 a expressão *smart* aparece adjetivando o crescimento ou desenvolvimento, as cidades e a especialização de base local. O conceito *smart cities* foi usado pelo projeto ‘*European Smart Cities*’ (GIFFINGER et al., 2007), que surge no mesmo ano da primeira Agenda Territorial e é baseado no projeto 1.1.1. da ESPON (2004, versão 2005), intitulado *Potentials for polycentric development in Europe*.

Para além do título, a Coesão Territorial, objetivo da Agenda Territorial, refere-se de forma praticamente idêntica nas duas Agendas, assim como, grandemente, os desafios e oportunidades, sistematizados de forma mais intensiva na TA2020 (a crise econômica, a crescente interdependência das regiões, os desafios demográficos, mudança climática, os desafios energéticos e a vulnerabilidade do patrimônio

natural e cultural). Em relação à política territorial propriamente dita, denominada em ambas as Agendas (de 2007 e 2011) “*Territorial Priorities for the Development of the European Union*”, apresenta-se a comparação no quadro a seguir.

TABLE 1 - TERRITORIAL PRIORITIES FOR THE DEVELOPMENT OF THE EUROPEAN UNION ²

TERRITORIAL PRIORITIES	
2007	2011
1. We aim to strengthen Polycentric Development and Innovation through Networking of City Regions and Cities. 2. We Need New Forms of Partnership and Territorial Governance between Rural and Urban Areas 3. We Want to Promote Regional Clusters of Competition and Innovation in Europe 4. We Support the Strengthening and Extension of Trans-European Networks 5. We Promote Trans-European Risk Management. 6. We Require the Strengthening of Ecological Structures and Cultural Resources as the Added Value for Development.	1. Promote polycentric and balanced territorial development. 2. Encouraging integrated development in cities, rural and specific regions. 3. Territorial integration in cross-border and transnational functional regions. 4. Ensuring global competitiveness of the regions based on strong local economies. 5. Improving territorial connectivity for individuals, communities and enterprises. 6. Managing and connecting ecological, landscape and cultural values of regions.

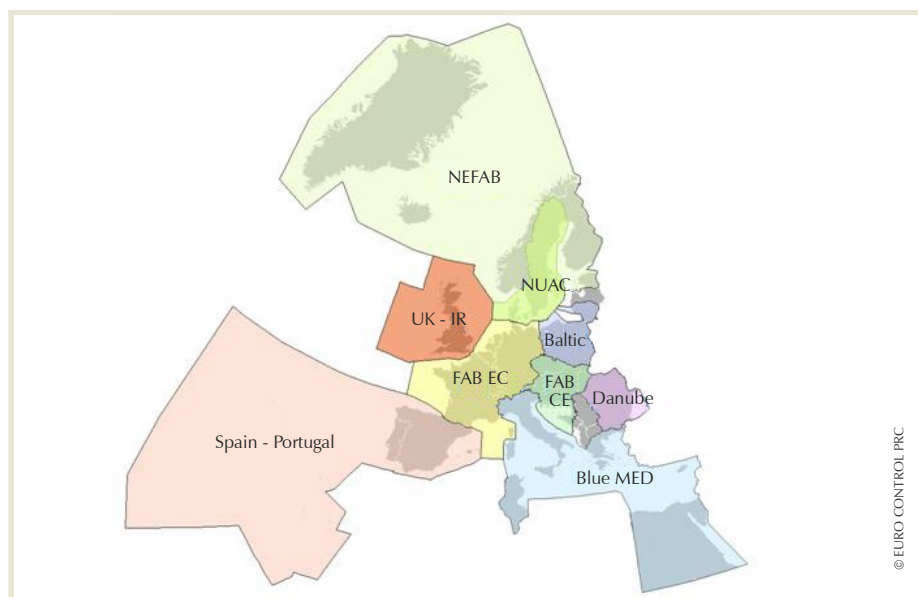
As prioridades apresentadas na Agenda de 2011 evidenciam um nível mais apurado de objetivos em torno de cinco aspectos básicos: policentrismo e equilíbrio territorial; integração territorial; economias locais e competitividade global; conectividade, e valores da região.

Como no item 1.1 estabeleceu-se uma relação entre o ordenamento territorial e o ordenamento celeste, cabe aqui mencionar que, depois de 2007, a UE avançou tanto no ordenamento do espaço celeste como no que concerne ao espaço marítimo. Em relação ao espaço celeste, 2011 foi o ano também do SES II ou Céu Único Europeu II (EUROPEAN COMMISSION, 2011), e em 2012 devem entrar em completo funcionamento os FAB (*Functional Airspace Blocks* – Blocos Aéreos Funcionais), que caracterizam um novo ordenamento do espaço aéreo europeu (figura 1). Este mapeamento do espaço aéreo europeu não deixa de ser pertinente, uma vez que apresenta de forma clara uma estratégia policêntrica em ação. Ainda que a estratégia do policentrismo terrestre não esteja delineada a este nível, não deixa de nos dar uma perspectiva do que está em jogo.

²

PRIORIDADES TERRITORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNIÃO EUROPEIA	
2007	2011
1. Temos como objetivo reforçar o desenvolvimento policêntrico e a inovação pelas Redes de Regiões Metropolitanas e Cidades. 2. Necessitamos de novas formas de parcerias e governança territorial entre áreas rurais e urbanas. 3. Queremos promover <i>clusters</i> regionais de concorrência e inovação na Europa. 4. Defendemos o fortalecimento e extensão das redes transeuropeias. 5. Promovemos a gestão de risco transeuropeia. 6. Queremos o reforço das estruturas ecológicas e dos recursos culturais como valor acrescentado para o desenvolvimento.	1. Promover o desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado. 2. Promover o desenvolvimento integrado em cidades, regiões rurais e regiões específicas. 3. Promover a integração territorial em regiões transfronteiriças e regiões funcionais transnacionais. 4. Assegurar a competitividade global das regiões com base em fortes economias locais. 5. Melhorar a conectividade territorial para indivíduos, comunidades e empresas. 6. Gerir e conectar valores paisagísticos, ecológicos e culturais das regiões.

FIGURA 1 - BLOCOS FUNCIONAIS DO ESPAÇO AÉREO



FONTE: European Commission (2008)

Em relação ao ordenamento do espaço marítimo, logo em 2008 a Comissão Europeia adotou o *Roadmap for Maritime Spatial Planning* (Roteiro para o ordenamento do espaço marítimo: definição de princípios comuns na UE). Apesar de o planeamento espacial marítimo continuar a ser uma prerrogativa de cada Estado-Membro, tal como ocorreu com o “Céu Único Europeu” sob o controle da EUROCONTROL, está se dando a criação de uma entidade europeia única, como consta na Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu (COMISSÃO EUROPEIA, 2010, p.5): “O processo de ordenamento do espaço marítimo ganharia em ser dirigido por uma única entidade administrativa (um ‘balcão único’), que definisse responsabilidades e níveis de autorização (por exemplo, nacional versus regional)”.

E tal como no Céu Único Europeu, e como este já indicia (pois abrange uma parte muito relevante do espaço sobre o mar), é provável que também o mar seja agregado em blocos funcionais.

1.3 OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O modelo de desenvolvimento territorial presente em todos os documentos da política territorial europeia é o de uma Europa unida na diversidade, uma Europa de “todas as Regiões”, um modelo de “coesão territorial”, “policêntrico” e “sustentável”. Para percebermos os demais modelos de desenvolvimento territorial temos que fazer uma análise do que não é afirmado como um cenário desejável mas é antes, por um lado, uma constatação e, por outro, uma construção que os próprios documentos possibilitam. Analisamos esses dois outros modelos nas alíneas que se seguem.

- a) A política da coesão na diversidade de regiões nos remete, *a contrario*, para um outro modelo de desenvolvimento que se diz pretender ultrapassar, o da concentração da resposta aos desafios globais num grupo específico de cidades europeias, denominado nos documentos “O Cerne da Europa”, ou, em inglês, “*The Core Area of Europe*” ou, também, simplesmente “O Pentágono” (EDEC, 1999; ESPON, 2004, versão 2005).

O EDEC refere de forma clara: “O cerne da Europa, delimitado pelas metrópoles de Londres, Paris, Milão, Munique e Hamburgo, representa apenas 20% da superfície e 40% da população comunitária, mas participa com 50% no Produto Interno Bruto (PIB) europeu” (EDEC, 1999).

Mais adiante, tem-se: “Actualmente, o **cerne da Europa** – que é delimitado pelas metrópoles de Londres, Paris, Milão, Munique e Hamburgo – constitui a única zona dinâmica de integração na economia mundial” (EDEC, 1999).

E, mais à frente:

Mais do que favorecer unicamente, como no passado, a simples ligação da periferia ao centro através de novas infra-estruturas, o modelo de desenvolvimento espacial e policêntrico sugere:

- a criação de diversas zonas de integração económica mundial
- o reforço de um sistema equilibrado de regiões metropolitanas e de grupos de cidades
- a promoção de estratégias integradas de desenvolvimento urbano no âmbito dos Estados-Membros e que englobem espaços rurais situados na proximidade
- o reforço da cooperação temática (transportes locais, associações entre universidades e centros de investigação, gestão do património cultural, integração dos novos migrantes) no seio de redes transfronteiriças e transnacionais que impliquem os países da Europa do Norte, de Leste e da Bacia Mediterrânica (EDEC, 1999)

O projeto 1.1.1 da ESPON (2004; 2005) discorre:

A polycentric Europe is thus seen as an attractive alternative to a European space dominated by the Pentagon, the area delimited by London, Hamburg, Munich, Milan and Paris, i.e. the European core with approximately 14% of the EU27 area, 32% of its population and 43% of its GDP. This situation is often contrasted with that of the USA, where there are several global integration zones. A European wide application of polycentricity is designed to promote several larger zones of global economic integration in the EU in addition to the Pentagon (ESPON 2004, versão 2005, p.3).³

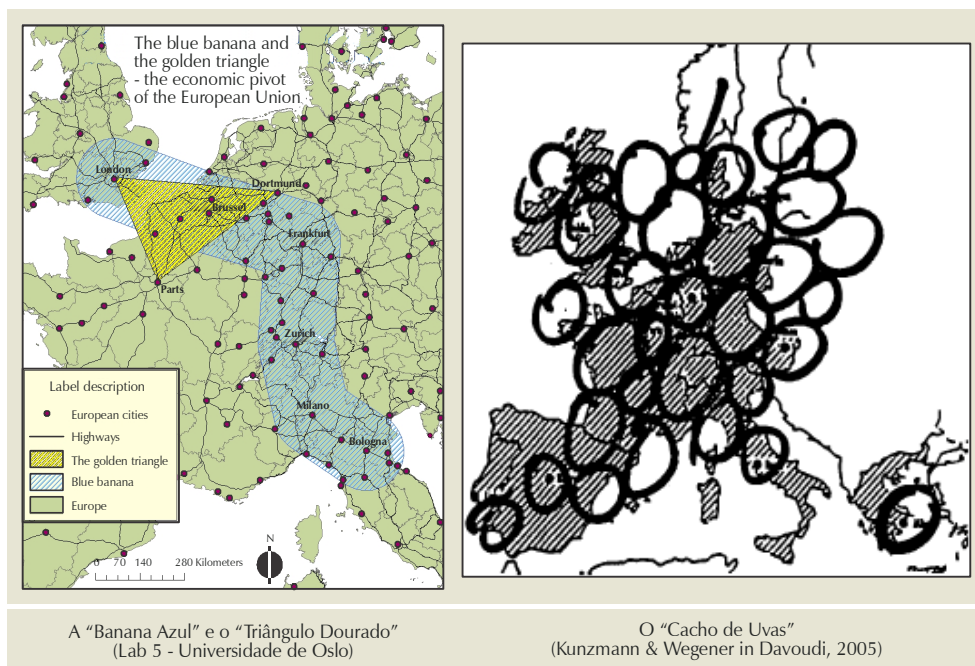
³ Tradução livre: “A Europa policêntrica é, assim, vista como uma alternativa atraente para um espaço europeu dominado pelo Pentágono, a área delimitada por Londres, Hamburgo, Munique, Milão e Paris, ou seja, o núcleo europeu com cerca de 14% da área da UE27, 32% da sua população e 43% do seu PIB. Esta situação

Essa visão da Europa não era nova. Antes já se tinha feito referência às “Megalópoles Europeias”, ao “Triângulo Dourado” ou à “Banana Azul” (GOTTMAN, 1976; CHESHIRE; HAY, 1989; BRUNET, 1989. Cf. DAVOUDI, 2005). O que há de novo é o fato de a UE fazer tal diagnóstico em um quadro político claro. Temos claramente, deste modo, um cenário real e um cenário desejado, sendo as políticas posições estratégicas para a transição de um para outro. De fato, as políticas territoriais europeias revelam uma tensão entre dois modelos. Por um lado, tem-se um modelo diagnosticado de desenvolvimento territorial do cerne da Europa ou do “Pentágono” em que se centra a competição da Europa em face dos desafios globais. Por outro, apresenta-se como cenário desejado um modelo de desenvolvimento territorial “policêntrico” das redes urbanas (ESPON, 2004, versão 2005) e de uma Europa das Regiões, policêntrica, coesa e sustentável para a qual a Agenda Territorial (2007; 2011) constitui exatamente a estratégia política. Se o modelo monocêntrico não era uma novidade, o modelo policêntrico também não o era. Já Kunzmann e Wegener (1991) tinham proposto uma visão da Europa em Cacho de Uvas (cf. DAVOUDI, 2005). Em termos analíticos, a incerteza na predominância de um modelo monocêntrico ou de um modelo policêntrico era patente num texto de Wegener e Kunzmann (1993) em que, perante vários modelos apresentados (concentração, descentralização, mosaico, hierarquias urbanas e redes urbanas), perguntam-se: a Europa seguirá o modelo da “Banana, mosaic or network?”. A resposta a que chegam é a de uma combinação entre modelos produzida essencialmente pela competição como princípio chave produtor de polarizações (WEGENER; KUNZMANN, 1993, p.4).

- b) No entanto, temos ainda uma terceira situação em análise e que foi evidenciada por Faludi. Falando da elaboração da Agenda Territorial em 2007, ele menciona que o “*European spatial planning is a ‘contested’ field*” (2007, p.14) e que, como tal, a Agenda Territorial não é uma realização menor, pois “*Strictly speaking, the EU does not have a territory because the EU is not a state, not even a federal one*”. O que este argumento de Faludi torna claro é que o diagnóstico de um modelo de desenvolvimento territorial centralista no Corno da Europa implicava uma concepção da UE como uma unidade territorial, ainda que tal não houvesse sido assumido explicitamente. Assim, a Agenda Territorial representa também um modelo de desenvolvimento territorial de tipo estatal para todos os efeitos. Isto tornou-se ainda mais evidente com o Tratado de Lisboa (2007), pois a política da coesão territorial está inscrita no Tratado como um objetivo da União com competência partilhada entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia, mas em que a Comissão tem o direito de iniciativa.

é frequentemente contrastada com a dos EUA, onde há várias zonas de integração global. A aplicação à escala europeia do policentrismo destina-se a promover as várias amplas zonas de integração econômica global na UE, além do Pentágono”.

FIGURA 2 - OS MODELOS MONOCÊNTRICO E POLICÊNTRICO



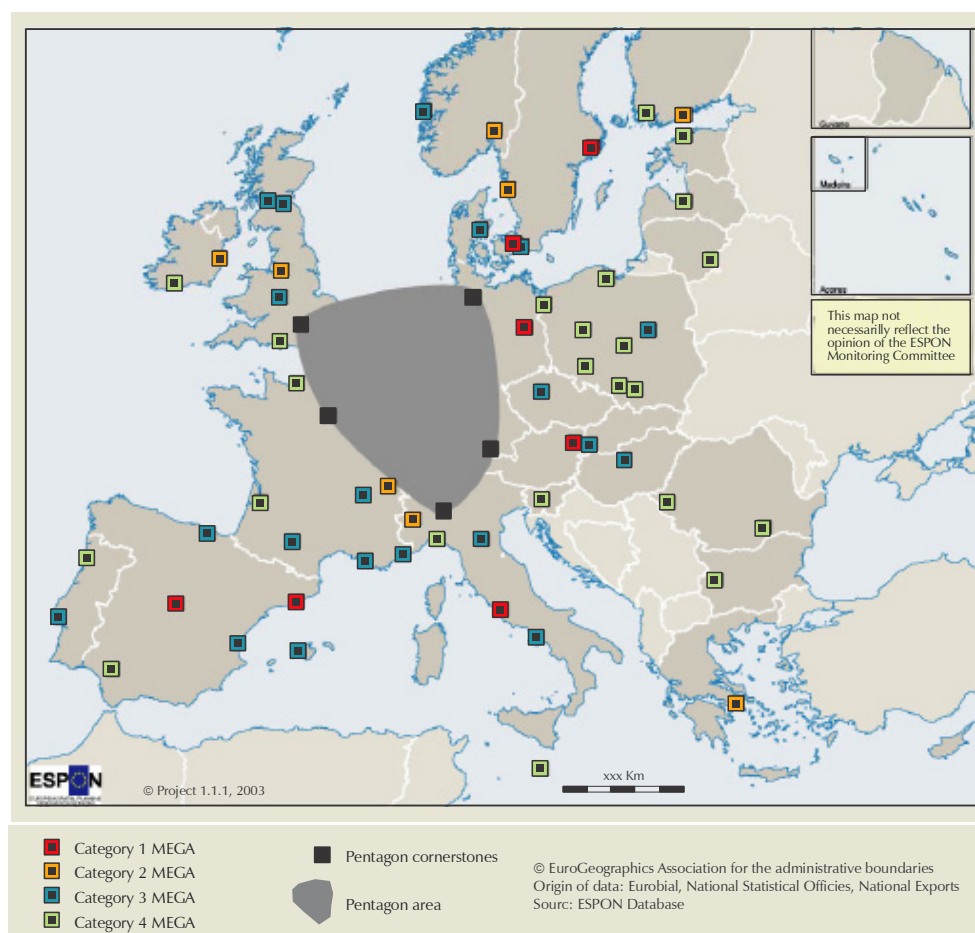
Assim, tem-se três modelos de desenvolvimento territorial:

1. um modelo diagnosticado como competitivo da Europa do “Pentágono” em face dos desafios globais;
2. um modelo de estratégia política de tipo estatal, da Europa como uma unidade territorial e sobre a qual se outorga a legitimidade de atuar. Ou seja, a “institucionalização de um Planejamento Europeu” (WATERHOUT, 2008).
3. um modelo de um cenário desejado, da Europa coesa no Policentrismo das redes urbanas e na Diversidade de Regiões para o qual a Agenda Territorial de 2007 e a de 2011 apontam.

Finalmente, podemos afirmar ainda que a política de uma Europa policêntrica sofreu mudanças entre 2007 e 2011, em parte com a crise. A Agenda Territorial 2020 segue o documento estratégico Europa 2020 e, ao substituir a expressão “*more competitive*” pela expressão “*inclusive, smart*” revela um matizar da preocupação dos limites que pode ter a competição face às forças globais em termos de coesão da própria União. Em última análise, foi a previsão dos limites para a própria UE de uma política de competição internacional centralizada no Pentágono que levou a todo o planejamento territorial e a colocar na agenda política o problema da coesão. Apresentemos de forma mais clara os três modelos.

Quanto ao primeiro Modelo de Desenvolvimento Territorial, é clara a identificação de uma Região Metametropolitana Internacional abrangendo 5 MEGAs de 1.º nível (*Metropolitan European Growth Area*) de quatro países. Como ilustra a figura, trata-se de uma espécie de Metametrópole da Europa, ou, como mencionam os documentos, o Cerne ou *The Core Area da Europa*. O Pentágono é considerado a única “zona de integração econômica global” da Europa (ESPON, 2004, versão 2005). A figura 3 caracteriza quatro categorias de MEGAs, constituindo-se uma “Zona de Integração econômica mundial” em função de uma rede de proximidade de MEGAs de primeiro nível. Tal lógica é, em si mesma, um modelo de desenvolvimento de replicação do centro, tornando-se claro que, para além do ‘Pentágono’, é ao leste que há uma “geografia das possibilidades” para a produção de novas redes de centralidades europeias.

FIGURA 3 - O PENTÁGONO



FONTE: Espo (2004, versão 2005)

O segundo modelo de desenvolvimento territorial, o da Europa como um Estado, ou seja, como uma consciência política de uma Unidade Territorial sobre a qual se outorga legitimidade para atuar, compreende-se quer em função do que está dito no primeiro modelo quer em função da abertura que este modelo possibilita para o seguinte. Por um lado, com base na identificação clara de um centro que melhor se compreende uma Unidade Territorial. E os mapas (como o que se reproduz na figura) são a maior evidência disso. Por outro lado, a identificação, a partir desta Unidade Territorial, a construção de uma Agenda para a Coesão baseada na implementação de um “território europeu policêntrico” (AT, 2007, p.4) sem qualquer referência a estados mas tão só a “regiões” e “redes de cidades”, são, em si mesmas, uma reificação de tal unidade.

Finalmente, um terceiro modelo de desenvolvimento territorial é o que se vislumbra de forma explícita em qualquer das Agendas Territoriais: o de uma Europa policêntrica. É claro que, ao mesmo tempo em que esse policentrismo tem como modelo a replicar o Pentágono, na prática torna-se impossível sua replicação a partir do momento em que a área do primeiro centro é definida como correspondendo a 43% do PIB da União. Assim, trata-se, de forma evidente, de um policentrismo de segundo nível. Ou seja, de um policentrismo que, de fato, não põe em causa o primeiro modelo, ocultado pelas Agendas Territoriais mas sempre presente. Este policentrismo de segundo nível pode evidenciar-se tanto na estratégia das “regiões” de Cooperação Transfronteiriça, como nos mais diversos projetos de redes de cidades. O presente artigo não possibilita uma apresentação intensiva, mas se apresentam dois exemplos. As múltiplas (e complexas) formas de cooperação transfronteiriça caracterizam um policentrismo que acaba por ocultar o modelo de fato monocêntrico de desenvolvimento europeu. Quanto às redes de cidades, por exemplo, o projeto *European Smart Cities* é um projeto interessante mas, sem dúvida, no quadro de um paradigma de uma Europa policêntrica das cidades médias que oculta a lógica do Pentágono. As figuras 4 e 5 ilustram claramente essa ocultação, dando a sensação de uma Europa muito mais equilibrada territorialmente do que de fato é.

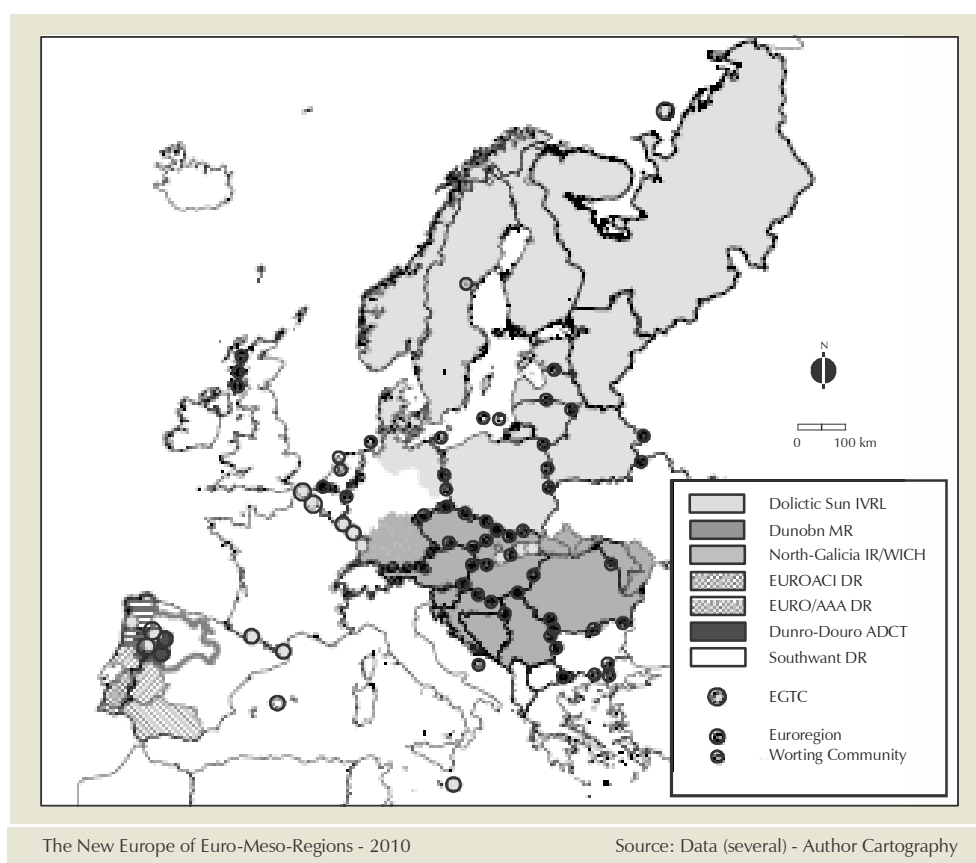
As políticas territoriais europeias, apesar de relativamente recentes, revelam-se muito ricas para análise, pois são como uma *learning machine* da própria Europa (FALUDI, 2007, p.14), quer dizer, um processo de consciência das dinâmicas territoriais e suas relações com as dinâmicas econômicas e sociais. Este processo, no entanto, está ainda muito dominado pelo próprio modelo do Pentágono que se constata em 1999, ou seja, a visão é *top-down* e, porventura, como propusemos neste texto, a própria política policêntrica não resulta da resposta a propostas/exigências *bottom-up* mas tão só da insustentabilidade do modelo de centralidade do Pentágono. Ou seja, chegou-se a um limite em que a competitividade do cerne da Europa no quadro mundial acabava tendo custos inportáveis em termos de coesão. Assim, as políticas territoriais europeias podem ser compreendidas como feitas em função do modelo do Pentágono mesmo quando propõem um policentrismo baseado em redes de cidades e de regiões.

O paradoxo do modelo de desenvolvimento da União Europeia era claro já no início dos anos 1990, como apontam Wegener e Kunzmann:

The European Community, captive in its growth-oriented neoliberal economic doctrine, faces the dilemma that its two major objectives, to stimulate growth in the competition for global markets, and to promote an equitable and sustainable Europe, are in conflict (WEGENER; KUNZMANN, 1993, p.7).⁴

Vejamos, agora, uma perspectiva das políticas territoriais e seus modelos a partir de um Estado-Membro periférico da União: Portugal.

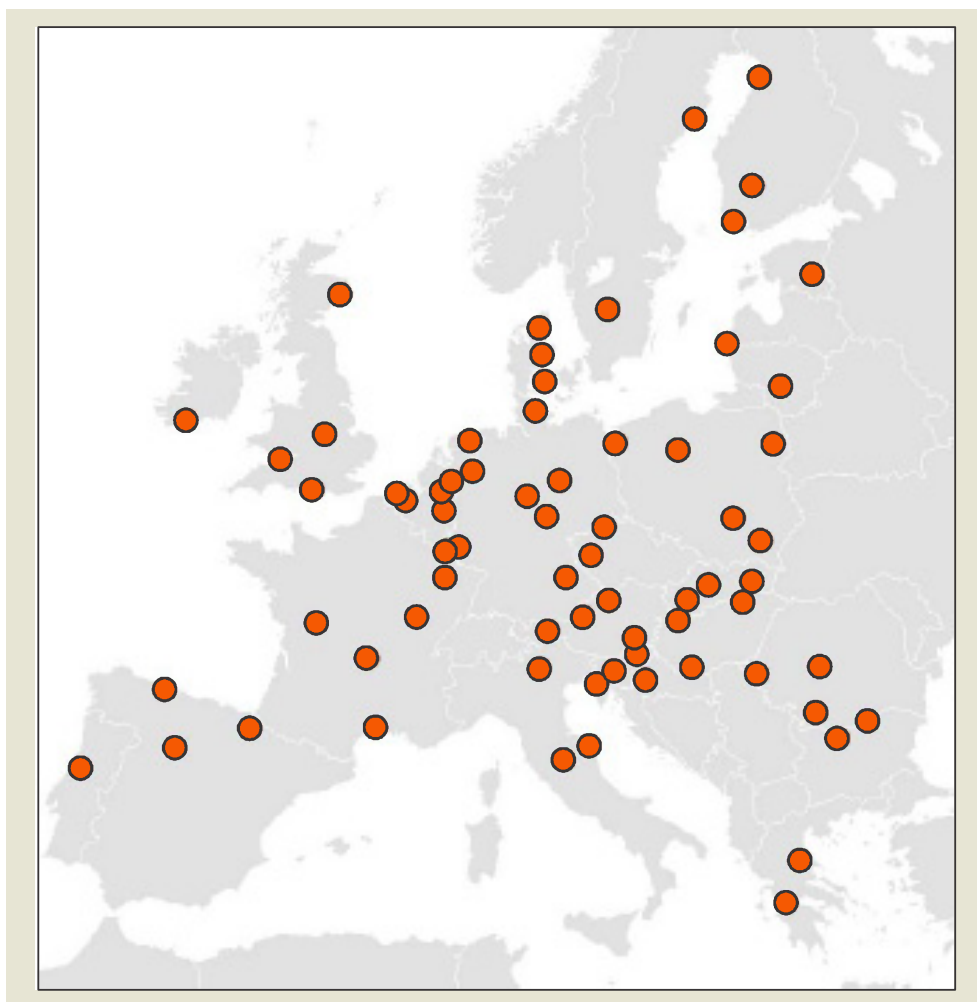
FIGURA 4 - AS VÁRIAS REGIÕES DE COOPERAÇÃO



FONTE: Medeiros (2010)

⁴ Tradução livre: “A Comunidade Europeia, cativa no seu crescimento orientado por uma doutrina econômica neoliberal, enfrenta o dilema de que seus dois grandes objetivos, estimular o crescimento na competição por mercados globais e promover uma Europa justa e sustentável, estão em conflito”.

FIGURA 5 - O POLICENTRISMO DAS SMART CITIES



FONTE: Giffinger (2007)

2 MODELOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM PORTUGAL⁵

Em outros textos recentes (SEIXAS, 2011; SEIXAS, no prelo) procurou-se caracterizar os modelos de desenvolvimento territorial em Portugal nos últimos 25 anos em função da inflexão que a globalização possibilitou nesses modelos. A análise de tais modelos fez-se, basicamente, a partir de um acervo de documentos e bibliografia que incluía propostas e relatórios políticos e análises do foro das ciências sociais relativas

⁵ Esta parte do artigo é um resumo, ainda que trabalhado, de pesquisas apresentadas em outros artigos (SEIXAS, 2011; SEIXAS, no prelo).

ao território (sociologia, geografia, antropologia). Utilizam-se aqui as conclusões de tais pesquisas no sentido de tomar Portugal como estudo de caso que nos dá a visão *bottom-up*, ou seja, a visão a partir de um dos territórios da UE, neste caso um país.

Basicamente pode-se caracterizar quatro modelos de desenvolvimento territorial em Portugal, os quais poderão ver-se refletidos, porventura, em processos similares em outros países:

- 1) o Modelo da Metrópole (em função de conceitos como ‘cidade primacial’, ‘urbanismo difuso’ e ‘polarização limite’) foi o modelo hegemônico nos anos 1980 e 1990, na período pós-revolucionário e pós-colonial;
- 2) o Modelo da Metropolização (com conceitos como ‘metropolização’, ‘área metropolitana’, ‘cidade-região’ e ‘região urbana’) surgiu, essencialmente, no final dos anos 1990;
- 3) o Modelo da Intermediação Sociocultural (com conceitos como ‘destraditionalização’, ‘urbanismo por formatação’) tornou-se relevante também no final dos anos 1990 e ao longo da primeira década de 2000; e, finalmente,
- 4) o Modelo da Criatividade (com conceitos como ‘hubs criativos’, ‘clusters criativos’, ‘bairros criativos’, ‘municípios criativos’) tornou-se relevante ao longo da primeira década dos anos 2000.

Metrópole e metropolização são traduções de perspectivas sobre a globalização (a hierárquica e a da rede). Por outro lado, a intermediação sociocultural e a criatividade relacionam-se com novas perspectivas da globalização (a de fluxos e dinâmicas globais e mesmo a da realocização) focalizadas numa diversidade de relações da cultura-e-economia, as quais surgem agregadas, essencialmente, em dois conjuntos (o da patrimonialização e o da inovação). Mesmo que, de uma certa maneira, cada novo modelo se sobreponha ao anterior, parece que os últimos dois modelos, mais baseados na cultura (intermediação sociocultural e criatividade), articulam-se com os primeiros dois, baseados sobretudo em fatores especificamente territoriais (metrópole e metropolização).

O Modelo da Metrópole, ou seja, de uma cidade única, a capital (Lisboa), como capaz de enfrentar os desafios da globalização, vigorou sem contestação praticamente até o final da década de 1990. Entre o final da década de 1990 e a década de 2000 surge uma tensão entre o Modelo da Metrópole e o Modelo da Metropolização. A regionalização, prevista na Constituição Portuguesa desde 1976, foi rejeitada no referendo de 1998, ficando, no entanto, como um elemento de tensão entre os dois modelos. A metropolização como sistema policêntrico de áreas metropolitanas (legisladas em 2003, e o governo das áreas metropolitanas apenas em 2008) que organiza a associação de vários municípios (legislada em 1991) desenvolve-se então, mas sempre em grande tensão com o poder centralista de Lisboa.

Na mesma altura, entre o final da década de 1990 e a década de 2000 a cultura passa a ser vista como um fator econômico não menosprezável do desenvolvimento territorial e, especificamente, do desenvolvimento urbano. Assim, ao mesmo tempo que se dá a implementação de algumas políticas do Modelo de Metropolização, as duas cidades portuguesas de referência (Lisboa e Porto) investem na cultura (com a Expo 98 em Lisboa e o Porto Capital Europeia da Cultura em 2001). Ou seja, o Modelo da Intermediação sociocultural (que coloca a cidade como espetáculo para espectadores globais) sobrepõe-se ao Modelo da Metropolização, retirando-lhe grande parte das possibilidades, especificamente em termos de fundos financeiros. Acresce que a aposta na cultura se diferenciou numa aposta sobretudo na inovação ou no património, criando mais uma vez a diferença entre centro e periferia por essa via. Na última década, o Modelo da Criatividade e, especificamente, a criatividade em zonas de baixa densidade procura fazer a diferença, mas a tensão entre um modelo monocêntrico e policêntrico de desenvolvimento territorial é estrutural.

Analisemos um pouco mais a relação entre esses quatro modelos, agregando os processos evidenciados nos dois parágrafos anteriores em duas alíneas.

1. Nas décadas de 1980 e 1990 as perspectivas que interpretavam a relação de Portugal com o mundo seguiam o modelo Centro-Periferia (com base nas teorias de Braudel e de Wallerstein). Neste contexto, considerava-se que só uma metrópole poderia competir em nível global. Lisboa, no rescaldo do império colonial, via-se como a única cidade portuguesa capaz de se tornar uma metrópole de forma a ter lugar nessa competição de nível internacional. O conceito demográfico de “cidade primacial” (em que a cidade principal tem mais que o dobro da população da segunda cidade) serviu como argumento (SILVA, 1997) ao mesmo tempo em que o conceito de “urbanismo difuso” (GASPAR, 1987; GAMA, 1993) e, especificamente, a “urbanização *in situ*” característica do norte de Portugal serviam para evidenciar ainda mais o caráter de metrópole de Lisboa. Nos finais da década de 1990, com o conceito de “polarização Limite” (FERRÃO, 1997), surge como que um contrato entre as perspectivas da Cidade Primacial e do Urbanismo Difuso. O critério desta última perspectiva (bem como a política proposta) foi de que a polarização máxima possível é aceitável desde que a coesão social do território difuso possa ser garantida. A polarização limite pode representar a aceitação da situação semiperiférica de Portugal, embora potenciando-a o máximo possível. Além disso, esta perspectiva evidenciava já a tensão entre duas narrativas da globalização: a globalização em hierarquia e a globalização em rede. Na verdade, a perspectiva de polarização limite foi concomitante – provavelmente não por acaso – de uma política de metropolização, uma política que coloca em paralelo hierarquia e rede como paradigmas da globalização

e em que a governação de redes, local, nacional e internacionalmente, passou a ser concebida como fator fundamental para alcançar ou manter o lugar na hierarquia da própria metrópole.

Como vimos anteriormente, o EDEC, em 1999, propunha exatamente a transição na Europa de um modelo centrado no *Core Area of Europe*/Cerne da Europa para um modelo mais policêntrico. As perspectivas de desenvolvimento territorial que se apresentavam em Portugal em *fora* científicos e políticos seguiam, assim, uma lógica paralela às próprias perspectivas europeias em relação ao planeamento territorial.

No final dos anos 1990 e na década de 2000 basicamente, mas não exclusivamente, os novos sentidos da globalização, nomeadamente o das redes-e-fluxos (CASTELLS, 2003), eram bastante influentes para as perspectivas portuguesas em face do transnacionalismo. Por outro lado, a perspectiva da globalização pelas redes era como que o corolário natural de uma perspectiva hierárquica: as hierarquias (de regiões internacionais, de países, de cidades) criam redes, tornando possível que o seu alargamento ou novas redes criem novas hierarquias, uma vez que as economias de escala e as vantagens competitivas pela diversidade são critérios fundamentais para um lugar na hierarquia. Esta relação entre a hierarquia e a rede era também já fenomenológica pela experiência quotidiana interurbana de fluxos nas duas principais redes de cidades que a Grande Lisboa e Grande Porto constituíam.

Assim, metropolização é uma representação do espaço construída na relação entre hierarquias e redes. A metropolização como uma consciência e representação da cidade-região ou região urbana foi, em Portugal, um fenómeno tardio, tanto em termos científicos como em relação às políticas públicas (o conceito administrativo das áreas metropolitanas surgiu apenas com a Lei 10/2003 de 13 de maio, e o governo das Áreas Metropolitanas foi regulamentado pela Lei 46/2008 de 27 de agosto). A conceitualização de metropolização seguiu, antes de mais, perspectivas estrangeiras (Gottdiener e Acher, por exemplo) e foi concebida e aplicada à análise de uma cidade que não a capital (Porto) por Seixas (1999, 2008). Seixas entendeu-a como a produção do espaço característica do novo paradigma socioespacial global através do qual uma região urbana é vivida e projetada mediante novos conceitos de mobilidade (a cidade automobilizada), centralidade (cidade portátil/urbanismo *copy-paste*), população (novas populações, como *city-users* – consumidores urbanos, e *metropolitan buisnessmen* – empresários metropolitanos) e de diferenciação narrativa e temática, como um substituto do paradigma de urbanização (um nó contínuo e compacto, caracterizado por localidades económica e socialmente zoneadas e vividas por moradores e trabalhadores).

No entanto, nesta altura a discussão sobre a metropolização ainda não tinha descolado de Lisboa, criando uma identidade que reunia a metrópole e a metropolização para caracterizar o capital (FERREIRA 1986a, 1986b, 1992). Ademais, o principal foco de interesse em vários *fora* era muito mais administrativo do que sociológico, com o propósito de conceber e projetar áreas metropolitanas (BRITO, 1997). Posteriormente, foi proposta uma perspectiva mais sociológica do conceito de região-urbana,

pela qual “região urbana” poderia ser concebida como articulação de espaços urbanos, suburbanos, agrícolas rurais e não rurais (FERRÃO, 2000), propondo-se novas definições, ainda que muito ligadas à demografia (FERRÃO; RODRIGUES, VALA, 2002).

2. Em Portugal não houve tempo suficiente (nem interesse político) para criar um pensamento sustentado sociológico sobre metropolização. Em vez disso, ao mesmo tempo que a metropolização se evidenciava como modelo de desenvolvimento territorial, o investimento em práticas urbanas e políticas públicas e as próprias tendências analíticas já se centravam na relação entre cultura e cidades, seja no patrimônio, ou na inovação e criatividade e sua relação com o transnacionalismo. Esta nova tendência relacionava-se com uma perspectiva sobre a globalização voltada a relações local-global de fluxos que, através de uma nova economia da cultura, possibilitava um escape do beco sem saída teórico da situação semiperiférica (apesar da contínua presença do estigma semiperiférico), ou seja, tornava possível que os elementos da semiperiferia ou mesmo da periferia pudessem ser globalizados. Assim, ao paradigma do *download* de réplicas do centro ao qual a semiperiferia parecia estar condenada apresentava-se a alternativa, pelo modelo de redes-e-fluxos, de *upload* do local a uma esfera globalizada. Em outras palavras, a perspectiva da “globalização hegemônica” era substituída por um conjunto de possibilidades em que “a globalização contra-hegemônica” (SANTOS, 2001) e, conseqüentemente, alterglobalizações poderiam ter um lugar.

Curiosamente, a inflexão para uma economia da cultura tornou possível um re-investimento no ciclo de vida do modelo de metrópole com apostas colaterais em algumas paisagens culturais sem conexão alguma com o conceito de metropolização. A divisão e “distinção” nas políticas de cultura entre as cidades são bastante evidentes. Enquanto várias cidades se centraram no desafio de candidatar os seus centros históricos de Patrimônio Mundial (na sequência de Angra, em 1983, e Évora, em 1986, o centro histórico do Porto tornou-se patrimônio mundial em 1996, e Guimarães em 2001), em Lisboa, pelo contrário, criou-se uma paisagem cultural nova, com o objetivo de exibir cultura: o Parque das Nações, uma área de 100 hectares de desenvolvimento imobiliário que serviu para contextualizar a Expo’98 e ser uma nova centralidade da metrópole. Às outras cidades foi como que atribuída uma identidade basicamente vertical-histórico-local, sendo reservada apenas para a metrópole uma identidade horizontal contemporânea transnacional (MARCUSE, 2004). Numa palavra, a cultura foi usada para servir uma vez mais ao centralismo do modelo da metrópole.

A inflexão de um paradigma da metrópole e da metropolização para um paradigma da intermediação sociocultural e da criatividade urbana data do final dos anos 1990 e início de 2000. Este foi um período em que Portugal teve uma posição de destaque, uma vez que as práticas e políticas nacionais corresponderam

completamente às globais (numa escala europeia mas não exclusivamente). Na verdade, os megaeventos da Expo'98 em Lisboa e Capital da Cultura 2001, no Porto, deram-se na mesma altura em que a Estratégia de Lisboa ou Agenda de Lisboa (2000) foi proposta como uma política de longo prazo para a União Europeia. Ainda que só em 2006 (EUROPEAN COMMISSION, 2006) as indústrias culturais tenham sido consideradas como um setor crucial que deveria ser adicionado à estratégia da inovação baseada no conhecimento (TIC) da nova economia proposta para a Europa em 2000, a Agenda de Lisboa continua a ser um marco de conscientização e mudança.

Cultura, economia e regeneração urbana tornaram-se, assim, um triângulo farol da nova economia. A intermediação sociocultural e a criatividade urbana podem ser consideradas como dois modelos diferentes, embora parte do mesmo paradigma pelo qual se estabelecem fluxos entre o local e o global numa perspectiva em que a cultura se sobrepõe ao território. Na intermediação sociocultural o local teve de ser envolvido num pacote global, sendo isto alcançado através da intervenção de um novo tipo de profissionais: os mediadores culturais que tiveram que enfrentar as tendências mundiais, a fim de articulá-las em ofertas locais. A destradicionalização (FORTUNA, 1997) e o urbanismo pela formatação (ver Seixas, 2011 sobre o conceito de Ferreira, 2002) foram os dois dispositivos sociopolíticos utilizados pelos quais a mediação cultural poderia ser feita, possibilitando o *upload* do local para a esfera global.

A destradicionalização é um mecanismo sociopolítico por meio do qual os elementos inovadores de uma tradição particular são impulsionados e, ao mesmo tempo, os seus aspectos atávicos são rejeitados com o objetivo de incluí-lo num contexto de redes e fluxos globais. Este dispositivo foi aplicado especificamente ao património, possibilitando a relação entre oportunidades locais e redes globais, especificamente o Património Comum da Humanidade da UNESCO. O urbanismo por formatação é um mecanismo sociopolítico pelo qual redes-e-fluxos globais específicos são utilizados para o propósito da produção do espaço em áreas consideradas como sem elementos relevantes (geralmente mesmo concebidas como 'vazios urbanos', embora o 'vazio' possa ser ideologicamente parte da definição para a aceitação pública do investimento a ser feito). A destradicionalização foi demonstrada (e defendida politicamente) por Carlos Fortuna como o mecanismo de ação no caso de Évora, e o urbanismo por formatação foi demonstrado por Claudino Ferreira como o dispositivo utilizado no caso do Parque das Nações, a área de urbanização resultante da Exposição Universal de 1998 em Lisboa. Finalmente, na primeira década do século XXI houve uma viragem para a criatividade, influenciada por uma tendência que foi mais evidente no Reino Unido (LANDRY; BIANCHINI, 1995; DCMS, 1998), embora houvesse também influências dos EUA (FLORIDA, 2002) e da Austrália. A criatividade urbana foi considerada em Portugal após um primeiro estudo sobre o *cluster* criativo da região norte (FUNDAÇÃO DE SERRALVES, 2008), seguido por um estudo nacional (AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS, 2010). Anteriormente, quando da Capital da Cultura 2001, dois espaços culturais abertos em Porto, Ácaro (agora mais conhecido como Contagiarte) e Maus Hábitos, desencadearam processos de apoio à criatividade

(PINTO, 2012), enquanto em Lisboa, o LX Factory, inaugurado em 2008, é a referência. Os principais aspectos que diferenciam esses espaços de muitos outros são a sua vocação interdisciplinar, reunindo várias indústrias culturais e o fato de serem ativos no apoio a artistas e na criação de públicos. No mesmo período surgiu a estratégia da criatividade em zonas de baixa densidade urbana impulsionada por uma pequena cidade a 30 quilômetros a norte de Lisboa, Óbidos, que desde 2002 tem uma estratégia que liga turismo, cultura e economia. Óbidos criou um projecto URBACT, 'Clusters Criativos em Áreas Urbanas de Baixa Densidade', com vários parceiros europeus que visam "transferir o modelo de cidade criativa" (muito focado em grandes cidades) para áreas urbanas de baixa densidade. Ou seja, transferir um conjunto de atributos urbanos (acessibilidade, vida cultural, instalações tecnológicas, *clusters* competitivos, acesso a redes globais etc.) para as cidades de pequeno e médio portes (*site* do projeto). Em 2009, uma rede internacional de cidades criativas foi criada no âmbito deste projeto, a "Rede Nacional de Cidades Criativas", que agrega pequenas cidades: Óbidos, Guimarães, Montemor-o-Velho, Montemor-o-Novo e Portalegre. Esta rede visa ao desenvolvimento de estratégias para atrair profissionais criativos para essas cidades. O dilema entre as grandes cidades e áreas urbanas de baixa densidade na virada criativa parece, ainda, um *remake* da questão metrópole *versus* metropolização.

O que se pode concluir deste percurso acerca dos modelos de desenvolvimento territorial em Portugal é a existência de uma contínua tensão entre um modelo monocêntrico e um modelo policêntrico. Pode-se ainda dizer que, nesta querela entre modelos, a incorporação de capitais de diversos tipos pela capital (Lisboa) possibilitou, de fato, sempre uma supremacia do modelo monocêntrico sobre o policêntrico.

3 COMPARAÇÃO DE MODELOS E PERSPECTIVAS

Não se pretende, nesta última parte do artigo, estabelecer comparações muito específicas entre as políticas territoriais europeias e suas congêneres portuguesas, mas essencialmente efetuar comparações entre os modelos de desenvolvimento territorial que decorrem de ambas. Se, por um lado, parece haver correspondências entre modelos, por outro há evidentes dissonâncias. A análise de tais correspondências e dissonâncias é pertinente no sentido de compreender a complexidade e as dificuldades de perspectivas comuns em face do desenvolvimento territorial.

Quanto às correspondências, pode-se dizer que o mesmo problema que a Europa enfrentou (e enfrenta) em face do diagnóstico e políticas territoriais é o mesmo que Portugal enfrentou (e enfrenta). Ou seja, o diagnóstico de uma centralidade competitiva *versus* uma periferia pobre e vulnerável e a necessidade de políticas que desenvolvessem um policentrismo que permitisse um maior equilíbrio entre competitividade e coesão social. Se na Europa tal centralidade se refere, como vimos, ao "cerne da Europa", "*the core area of Europe*" ou "o Pentágono", em Portugal refere-se a Lisboa, e o policentrismo da Europa das regiões, de cidades e de cooperação temática apresentado em 1999 pelo EDEC foi o mesmo, na mesma altura daquele

apresentado em Portugal na discussão da regionalização e da metropolização. Os problemas e limites de um Modelo Centro-Periferia e a necessidade de um Modelo de Rede foram o diagnóstico tanto na Europa como em Portugal. A tensão entre um Modelo do Pentágono e um Modelo Policêntrico na Europa corresponde à tensão entre um Modelo de Metrópole e um Modelo de Metropolização em Portugal, ou, se se quiser, um modelo monocêntrico e um modelo policêntrico de desenvolvimento territorial foi o problema político não resolvido tanto num contexto como noutro, tendo como critérios difíceis de conjugar a competitividade em face dos desafios globais e a coesão social, sendo que a focalização em cada um deles leva, a partir de certo ponto, a vulnerabilidades no outro.

Quanto às dissonâncias entre uma visão europeia e uma visão portuguesa do planeamento territorial, pode-se dizer que são várias. Antes de mais, trata-se de uma questão exatamente de visão ou de perspectiva, e que leva, obviamente, a uma questão de consciência possível. A Europa precisa de um policentrismo baseado em regiões europeias agregadas por uma rede de metrópoles de forma a manter a coesão de um determinado nível para que os centros de competitividade (do Pentágono) possam competir mais fortemente. Ora, essa é uma perspectiva *top-down* que, evidentemente, não é partilhada (nem pode ser) por um país da periferia europeia como é Portugal. Este país, como certamente outros países, pretendem também competir na esfera global e não, simplesmente, para a coesão territorial. No entanto, a consciência de que tal competição passa pela existência de metrópoles (MEGAs) europeias de nível 1 ou 2 leva a uma política territorial que enfatiza o investimento na maior cidade do país (o modelo da metrópole), pondo assim em causa a política de policentrismo europeia (pois esvazia as demais cidades do país) e a coesão territorial. Ou seja, a grande dissonância entre as políticas territoriais europeia e portuguesa é que elas utilizam a mesma lógica, evidenciam modelos idênticos, fractais, e é exatamente por isso que elas se contradizem. De fato, numa visão europeia, o modelo policêntrico serve à coesão mas o modelo do Pentágono serve à competitividade. Se as regiões não aceitarem contribuir para a coesão e preferirem a competitividade, ou seja, se imitarem o modelo do Pentágono, vão pôr em causa a região e, em última análise (caso tal se reproduza em diversas regiões), o próprio funcionamento do Pentágono. Essa é a grande dissonância entre as políticas europeias, *top-down*, e as políticas nacionais, *bottom-up*.

A visão da UE, nas suas políticas territoriais, é a de um território único mas dividido em dois níveis: um centro competitivo (o Pentágono), por um lado, e, por outro, uma rede de cidades que se agregam em regiões, muitas delas regiões transfronteiriças em que a preocupação é a coesão. Já os Estados-Membros, como Portugal, não têm essa visão de que sua “região” deve ter basicamente um papel de coesão no quadro europeu. Veem, antes, um centro competitivo (Lisboa) e uma série de regiões e redes de cidades em relação às quais a preocupação é manter a coesão. Assim, o paralelismo de políticas territoriais é o paradoxo da própria União Europeia.

REFERÊNCIAS

- AGENDA Territorial da União Europeia. 2007. Tradução e reprodução da versão inglesa do documento original. Realizada pela Direcção Geral do Ordenamento do Território Desenvolvimento Urbano para efeitos de divulgação no âmbito nacional. Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/ue/VFFAgenda%20Territoria-_2009-1-10.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2012
- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS. **O sector cultural e criativo em Portugal**. Lisboa: MC : GPEARI, 2010.
- BRANCO, Rosa. As metrópoles ibéricas como motores da globalização e elementos estruturantes do desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA “A Geografia Ibérica no Contexto Europeu”, 10., 2005, Évora. **Actas...** Disponível em: <http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/049.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2012.
- BRITO, Raquel Soeiro. Paineis Áreas Metropolitanas: funções e organização. In: COLÓQUIO ‘A POLÍTICA DAS CIDADES’, 1., 1997, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Conselho Económico e Social, 1997. p.191-230.
- BRUNET, Roger. **Les villes européennes**. Montpellier: RECLUS, 1989.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. (v.1 - A sociedade em rede).
- CHESHIRE, Paul C.; HAY, Dennis G. **Urban problems in Western Europe: an economic analysis**. London: Unwin Hyman, 1989.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Europa 2000: perspectivas para o desenvolvimento do território da comunidade. uma abordagem preliminar**. 27 nov. 1990 (COM (90) 544 final). Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1990:0544:FIN:PT:PDF>>. Acesso em: 1º mar. 2012.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Roteiro para o ordenamento do espaço marítimo: definição de princípios comuns na EU**. Bruxelas, 25 nov. 2008. (COM (2008) 791 final). Comunicação Da Comissão. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0791:FIN:PT:PDF>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- COMISSÃO EUROPEIA. **Ordenamento do espaço marítimo na UE: balanço e perspectivas**. Bruxelas, 17 dez. 2010 (COM (2010) 771 final). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0771:FIN:PT:PDF>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. **Green Paper on Territorial Cohesion: turning territorial diversity into Strength**. Brussels, 6 out. 2008. (COM (2008) 616 final). Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Committee of the Regions and the European Economic and Social Committee. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0616:FIN:EN:PDF>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

DAVOUDI, Simin. **Can polycentric development enhance competitiveness and cohesion?** 2005. Presentation on the ESPON/SPAN Seminar, 22-23 Feb. 2005, Queen's Univ., Belfast. Disponível em: <<http://www.qub.ac.uk/research-centres/span/FileStore/ESPON/Fileupload,152913,en.pdf>>. Acesso em: 1º mar. 2012.

DCMS - Department For Culture, Media And Sport. **Creative Industries Task Force Document 1998-2001**. United Kingdom: DCMS, 1998.

ESPON 111 **Potentials for polycentric development in Europe**: Project report. Stockholm: Norgregio, 2004, versão 2005. Disponível em: <http://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Projects/ESPON2006Projects/ThematicProjects/Polycentricity/fr-1.1.1_revised-full.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2012.

EUROCONTROL - European Organisation for the Safety of Air Navigation. **Evaluation of Functional Airspace Block (FAB) initiatives and their contribution to performance Improvement**. Performance Review Commission. Brussels: Eurocontrol, Oct. 2008. Disponível em: <http://ec.europa.eu/transport/air/studies/doc/traffic_management/evaluation_of_fabs_final_report.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2012.

EUROPEAN COMMISSION. **Reprot from the commission to the european parliament and the council**: on the implementation of the Single Sky legislation: time to deliver. Brussels, 14 nov. 2011. COM(2011) 731 final. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0731:FIN:EN:PDF>

EUROPEAN COMMISSION. **The economy of culture in Europe**. [Brussels]: European Commission, 2006.

FALUDI, Andreas. Making Sense of the 'Territorial Agenda of the European Union'. **European Journal of Spatial Development**, Stockholm: Norgregio, n.25, Nov. 2007. Disponível em: <<http://www.nordregio.se/Global/EJSD/Refereed%20articles/refereed25.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

FERRÃO, João. Rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento? In: COLÓQUIO 'A POLÍTICA DAS CIDADES', 1., 1997, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Conselho Económico e Social, 1997. p.21-58.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Sociologia**: Problemas e Práticas, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, n.33, p.45-54, set. 2000.

FERRÃO, João; RODRIGUES, Duarte; VALA, Francisco. **As regiões metropolitanas portuguesas no contexto ibérico**. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2002.

FERREIRA, Claudino. Processos culturais e políticos de formatação de um mega-evento: do movimento das exposições internacionais à Expo'98 de Lisboa. In: FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto Silva (Org.). **Projecto e circunstância**: culturas urbanas em Portugal. Porto: Afrontamento, 2002. Cap. 6. p.255-313.

FERREIRA, Vitor Matias. **A cidade de Lisboa**: de capital do Império a centro da Metrópole. 512 f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1986a.

FERREIRA, Vitor Matias. O processo de metropolização de Lisboa: estruturação territorial e ordenamento urbano. **Sociologia: Problemas e Práticas**, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, n.1, p.23-54, jun. 1986b. Disponível em:

<<http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/948>>. Acesso em: 15 set. 2010.

FERREIRA, Vitor Matias. Problematização e pedagogia do território: quatro percursos para uma problematização do território. **Sociologia: Problemas e Práticas**, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, n.12, p.109-121, out. 1992.

FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life. New York: Basic Books, 2002.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade. In: FORTUNA, Carlos (Org.). **Cidade, cultura e globalização**: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta, 1997. p.231-257.

FUNDAÇÃO DE SERRALVES. **Estudo macro-económico desenvolvimento de um cluster de indústrias criativas na região do norte**: relatório final. Porto: Fundação de Serralves, 2008.

GAMA, Antonio. Espaço e sociedade numa situação de crescimento urbano difuso. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Portugal**: um retrato singular. Porto: Afrontamento, 1993. p.440-473.

GASPAR, Jorge. **Portugal**: os próximos 20 anos, ocupação e organização do espaço - análise retrospectiva e tendências evolutivas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

GIFFINGER, Rudolf et al. **Smart cities**: ranking of european medium-sized cities. Vienna: Centre of Regional Science, Vienna University of Technology, 2007. Disponível em: <http://www.smart-cities.eu/download/smart_cities_final_report.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2012.

GLØERSEN, Erik. **New policy options for better economic performance**. 2009. Open Days Workshop. The ESPON 2013 Programme – First Results 7 Oct. 2009. Disponível em: <<http://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Events/OtherEvents/OpenDayOctober2009/07d04-gloersen.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

KUNZMANN, Klaus R.; WEGENER, Michael. **The Pattern of Urbanisation in Western Europe 1960-1990**. Dortmund: Institut für Raumplanung : Fakultät Raumplanung : Universität Dortmund, 1991. (Berichte aus dem Institut für Raumplanung, 28).

LAB 5: Projections, scale and distance. **The Blue Banana and the Golden Triangle** (mapa). Disponível em: <<http://folk.uio.no/beriti/lab5/lab5.html>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

LANDRY, Charles; BIANCHINI, Franco. **The creative city**. London: Demos, 1995.

LEIPZIG CHARTER on sustainable european cities. Disponível em: <http://www.qec-eran.org/documents/errn/Leipzig_Charter_on_Sustainable_European_Cities_Draft_March_2007.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2012.

MEDEIROS, Eduardo. **Euro-Meso-Macro**: the new regions in Iberian and European space. 2010. Draft Version, a ser publicado em Regional Studies. Disponível em: <http://www3.fl.ul.pt/pessoais/Eduardo_Medeiros/docs/PUB_PAP_EM_Euro_Meso-Macro_en.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

PINTO, Márcia. **Economia Criativa: Centros Cosmopolitas de Cultura na Cidade do Porto.** 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012.

PORTUGAL. Assembleia da Republica. Lei 11/2003, de 13 de maio de 2003. Estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos. **Diário da República**, Assembleia da Republica, I série- A, n. 110, 13 maio 2003. Disponível em: <http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/LEI_011_2003.htm>. Acesso em: 8 mar. 2012.

PORTUGAL. Assembleia da Republica. Lei 45/2008, 27 de agosto de 2008. Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, revogando as Leis n. 10/2003 e 11/2003, de 13 de maio. **Diário da República**, Assembleia da Republica, 1ª série, n.165, 27 ago. 2008. Disponível em: <http://www.3sector.net/uploads/files/20090820_125519_Lei_n_452008.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2012.

PORTUGAL. Assembleia da Republica. Lei 46/2008, de agosto de 2008. Estabelece o Regime Juridico das áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. **Diário da República**, Assembleia da Republica, I série, n. 165, p. 6012, 27 ago.2008. Disponível em: <http://www.amp.pt/fotos/gca/lei_46_2008_1222246488.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2012.

SALEZ, Patrick. **How Europe comes to spatial planning:** from the birth of regional policy to the Green Paper on territorial cohesion, the emergence of the Community as a player over more than 20 years (July 2009, translated from French). Disponível em: <<http://www.eu-territorial-agenda.eu/Related%20Documents/livre%20geographie%202009%20texte%20bis%20EN.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001. p.83-129.

SEIXAS, Paulo Castro. **Entre Manchester e Los Angeles:** ilhas e novos condomínios no Porto: paradigmas sócio-espaciais, políticas da diferença e estruturas antropológicas urbanas. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SEIXAS, Paulo Castro. **Paradigmas socioespaciais e políticas da diferença. Ilhas e novos condomínios na cidade do Porto:** uma interpretação dialógica. 1999. 667 f. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 1999.

SEIXAS, Paulo Castro. Theming and Exception in Europe's West Coast: The Transnational Quaternary Production of Space. In: SANTOS, Paula Mota; SEIXAS, Paulo Castro (Ed.). **Metropolization, Globalization and Beyond. Europe's West Coast.** Berkeley: Institute of Governmental Studies, Univ of California. (Forthcoming).

SEIXAS, Paulo Castro. Urbanismo, cultura e globalização em Portugal: modelos analíticos e de desenvolvimento territorial. **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba: PUC-PR, v.3, n.1, p.55-75, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/URBE?dd1=288>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

SILVA, Álvaro Ferreira da. A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940). **Análise Social**, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v.32, n.143-144, p.779-814, 1997.

TA2020 - Territorial Agenda of the European Union 2020: Towards an Inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions. Disponível em: <<http://www.eu2011.hu/files/bveu/documents/TA2020.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2012.

TERRITORIAL STATE. The Territorial State and Perspectives of the European Union: Towards a Stronger European Territorial Cohesion in the Light of the Lisbon and Gothenburg Ambitions – A Background Document to the Territorial Agenda of the 21 European Union. 2007. Disponível em: <<http://www.eu-territorial-agenda.eu/Reference%20Documents/The-Territorial-State-and-Perspectives-of-the-European-Union.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

TRATADO DE LISBOA. Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de dezembro de 2007. **Jornal Oficial da União Europeia**, C306, Edição Oficial em Língua Portuguesa, 17 dez. 2007. Disponível em: <http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/pt_PT/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=FXAC07306>. Acesso em: 9 abr. 2012.

URBACT. **Creative Clusters in Low Density Urban Area**. Disponível em: <<http://urbact.eu/en/projects/innovation-creativity/creative-clusters/homepage/>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

WATERHOUT, Bas. **The Institutionalisation of European Spatial Planning**. Delft: Delft University of Technology, 2008. (Sustainable Urban Areas, 18). Disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=The+Institutionalisation+of+European+Spatial+Planning&source=web&cd=1&ved=0CCQQFjAA&url=http%3A%2F%2Frepository.tudelft.nl%2Fassets%2Fuuid%3Ad303640d-2f76-41c8-8e74-088c4600cd8d%2Fwaterhout_20080616.pdf&ei=K4xYT8WoD8bi8AojiZTwDg&usg=AFQjCNEOVbf50b8hWjj9T5K8K3xXiM21Eg&cad=rja>. Acesso em: 8 mar. 2012.

WEGENER, Michael; KUNZMANN, Klaus R. **New Spatial Patterns of European Urbanisation**. Paper presented at the Colloquium *The Advancement of Comparative Research on European Cities* at the École Normale Supérieure, Saint-Cloud, October 1993. Published in: PUMAIN, D.; SAINT-JULIEN, T. (Ed). *Urban Networks in Europe*. Paris: John Libbey, 1996. p.7-17. Disponível em: <http://www.spiekermann-wegener.com/pub/pdf/MWKK_Saint_Cloud_1996.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2012.